



CAMINHOS E REDES DA PECUÁRIA NA COLONIZAÇÃO E PRODUÇÃO TERRITORIAL CEARENSE (SÉCULOS XVII E XVIII)

Anderson Felipe Santos Oliveira ¹

RESUMO

O trabalho analisa os aspectos da formação territorial cearense com o objetivo central de apresentar uma síntese dos aspectos de desenvolvimento da pecuária, e em que medida a atividade criatória nos propicia elementos para discutir a produção territorial do Ceará. Os procedimentos metodológicos basearam-se em pesquisa bibliográfica a partir da análise dos trabalhos de Andrade (2011), Moraes (2008) Ribeiro Filho (1976), Jucá Neto (2007), Girão (1989) dentre outros. Com este estudo foi possível evidenciar três elementos para discussão da pecuária. O primeiro elemento são as redes, considerando o modo como elas sintetizam algumas ações dos diferentes sujeitos no processo de desenvolvimento da atividade criatória. Um segundo elemento trata dos sujeitos na compreensão das relações das disputas políticas e econômicas, das formas de exploração e das circulações, e, por fim, o terceiro elemento diz respeito às mudanças do quadro territorial, no surgimento de núcleos voltados para atividade, na divisão territorial do trabalho e funções atribuídas as vilas envolvidas na atividade criatória.

Palavras-chave: Caminhos; redes; Ceará; produção territorial.

RESUMEN

El trabajo analiza los aspectos de la formación territorial de Ceará con el objetivo principal de presentar una síntesis de los aspectos del desarrollo de la ganadería y en qué medida la actividad ganadera nos proporciona elementos para discutir la producción territorial de Ceará. Los procedimientos metodológicos se basaron en una investigación bibliográfica basada en el análisis de los trabajos de Andrade (2011), Moraes (2008), Ribeiro Filho (1976), Jucá Neto (2007), Girão (1989) entre otros. Con este estudio fue posible resaltar tres elementos para la discusión de la ganadería. El primer elemento son las redes, considerando cómo sintetizan algunas acciones de diferentes sujetos en el proceso de desarrollo de la actividad creativa. Un segundo elemento se ocupa de los sujetos en la comprensión de las relaciones de las disputas políticas y económicas, las formas de explotación y circulaciones y, finalmente, el tercer elemento se refiere a los cambios en el marco territorial, el surgimiento de núcleos orientados a la actividad, la división territorial. trabajo y funciones asignadas a los pueblos involucrados en la actividad creativa

Palabras clave: Caminos; redes; Ceará; producción territorial.

INTRODUÇÃO

¹ Graduado no Curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA, Mestrando em Geografia na Universidade Federal de Goiás, andersonfelipexvi@gmail.com



O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de evolução. [...] é preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F. E. S.; a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzindo numa de suas frações. Nenhuma sociedade tem funções permanentes nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais [...] (SANTOS, 1977, p. 84)

Ao pensar sobre a formação do Ceará, a história territorial da capitania foi marcada por idas e vindas da pecuária que influencia diretamente as dimensões socioespaciais cearense até o início do século XIX. Pensar formações territoriais refere-se a buscar por entender três fases fundamentais da história territorial; a apropriação dos meios naturais, a transformação desses pelo trabalho e a reapropriação dos meios já transformados, que implicam num processo social e histórico de valorização do espaço (MORAES, 2008).

Por isso, a criação de gado avançou pelos caminhos naturais dos sertões (veredas indígenas e rios secos), propiciando uma ocupação da hinterlândia para a criação do gado, produto que abastecia o mercado interno da colônia como uma atividade acessória ao cultivo da cana até ter se mercado próprio, como evidenciado pelos estudos de Girão (1989). Os caminhos do gado ligavam as diferentes porções do território nordestino e favoreceram o surgimento de uma rede de vilas e povoados ligados pela própria dinâmica comercial do gado.

Essas redes da atividade criatória fruto de uma apropriação dos elementos naturais inerentes ao território, mas ressignificadas pelos seus usos e controles, podem revelar ações de sujeitos e de grupos, de forma que não seja apenas uma abstração pelo emprego da técnica no território, mas um elemento espacial que se projeta pelas ações sociais e políticas de pessoas e de grupos, por informações, produtos e sujeitos que circulam, integram e segregam através dessas redes (SANTOS, 2009)

Dito isso, este estudo se fundamenta na análise da formação do território cearense, atentando-se ao do fim do século XVII quando se inicia a dinamização da pecuária no Ceará e no decorrer do século XVIII onde há o surgimento da indústria das carnes-secas, momento em que a capitania ganha maior destaque no mercado interno colonial até posteriormente nas décadas finais quando as crises levaram ao seu declínio. O objetivo central é apresentar uma síntese dos aspectos do desenvolvimento da pecuária e em que



medida a atividade criatória nos propicia elementos para discutir a produção territorial do Ceará.

Para isso o trabalho se divide em três momentos. O primeiro deles, o contexto de desenvolvimento da atividade criatória, apresentando as correntes de expansão da atividade no Nordeste brasileiro. O segundo momento apresenta a pecuária e seu desenvolvimento no Ceará, com a indústria das carnes-secas e organização territorial da atividade na capitania. E por fim apresentamos alguns elementos que permitem explicar o declínio da atividade criatória quando essa deixa de ser a base econômica do Ceará e se torna uma atividade secundária, sendo substituída pelo algodão que ganha maior destaque nos albores do século XIX.

Para construção desse trabalho utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica de alguns pesquisadores que produziram trabalhos sobre a formação da região Nordeste, tais como Andrade (2011) Ribeiro Filho (1976), Jucá Neto (2007), Girão (1989); a formação territorial do Brasil– especialmente a partir de Andrade (2011), Moraes (2000 e 2008) da história do Ceará com Studart Filho (1937), Jucá Neto (2007) e Girão (1989); como também da pecuária com base em Furtado (2007) e Prado Junior (1984).

Ademais, nos utilizaremos das fontes documentais, aquelas para além de livros e artigos em periódicos, as quais circundam a revisão de documentos e mapas do período colonial disponíveis nas bases de dados digitais, como do Instituto Histórico Geográfico do Ceará e da Biblioteca Nacional Digital.

Por isso, pensamos ser fundamental compreender as redes como elemento de nossa discussão pois toda sociedade para se reproduzir cria formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que a constrói e que regula o uso dos espaços e dos recursos contidos nele, sendo esse um processo resultante do trabalho (MORAES, 2008). Portanto, nos cabe entender essas apropriações na história territorial cearense e, o trabalho, nesse sentido, pode contribuir com o enriquecimento dos estudos sobre a formação do Ceará e de seu território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contexto de formação dos sertões e as redes de colonização

Uma das características da ocupação portuguesa pelo litoral brasileiro, zona que esteve intensivamente ocupada nas primeiras décadas do século XVI, é que as atividades



da costa não foram suficientes para entreter o colonizador português, sendo que ainda no período quinhentista se sonhava com a dominação dos contíguos territórios para além da costa, onde se viviam centenas de milhares de indígenas e escondiam em meio a vastas florestas riquezas ainda desconhecidas pelos portugueses.

Certamente essa era a concepção imaginada por aqueles homens, que misturava sentimentos entre a ganância de explorar aqueles sertões e o assombro dos perigos que poderiam ser encontradas em meio ao vasto território brasileiro. Desde que estes dominaram e estabeleceram-se na costa brasileira prosperando sob o apogeu das monoculturas da cana-de-açúcar, o passo seguinte do projeto colonizador era conquistar os sertões.

Desse modo, iniciamos no trato das estratégias de expansão empregadas por colonizadores, onde a busca por terras para exercer a atividade criatória, estabeleceu caminhos que formaram uma rede de circulação de boiadas, entre fazendas que se instalavam nos sertões e feiras consumidoras no litoral nordestino.

Em primeiro lugar, para compreender o desejo de dominar o interior do Nordeste ressaltamos que o entendimento que havia sobre sertão, se baseia no discurso valorativo do espaço que qualifica ou desqualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e aos interesses vigentes (MORAES, 2003), ou seja, o sertão é comparado em relação a outra porção espacial em geral com funções e técnicas já estabelecidas, que tendem a expandir para outras áreas definidas como sertanejas e propõe insistentemente novos projetos desenvolvimentistas.

Assim sendo, essa denominação geralmente é utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal onde o termo sertão é usado para qualificar porções que se almejam apropriar no território, tratando-se de um qualificativo que induz um novo processo de dominação territorial sobre novos espaços, ou seja, novas formas de dominação (MORAES, 2003).

Em suma, essa é a ideia que se tinha de sertão desde a América portuguesa, espaços para conquista que detinham tesouros ainda desconhecidos. As motivações para a exploração das florestas brasileiras eram grandes, mas não eram uma tarefa fácil, portanto algumas décadas foram necessárias até que se conseguisse avançar com a dominação dos interiores das capitânicas brasileiras.

A fim de expandir as atividades desenvolvidas no litoral brasileiro as capitânicas de Pernambuco e da Bahia tiveram papel fundamental na exploração dos sertões do



Nordeste graças a atividade econômica que se desenvolveu complementar a cana-de-açúcar. A pecuária surge como atividade de subsistência no conjunto de atividades acessórias que se situavam nas fazendas de cana, com o passar dos anos com seu acentuado crescimento se torna importante para as fazendas pensar na viabilidade da atividade próximas as lavouras e nas consequências de sua expansão. Conforme Celso Furtado:

(...) logo se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar. Os conflitos provocados pela penetração de animais em plantações devem ter sido grandes, pois o próprio governo português proibiu, finalmente, a criação de gado na faixa litorânea. E foi a separação das duas atividades econômicas - a açucareira e a criatória - que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente na própria região nordestina. (FURTADO, 2005, p.65)

Dessa forma, para evitar se expandir um segmento como a pecuária causando prejuízos para as lavouras de cana que naquele momento ainda figuram a fonte econômica principal da economia brasileira, a demanda de espaço para instalação de currais, propiciou a expansão rumo as porções ainda não colonizadas no território brasileiro.

Além de haver muitas terras a serem ocupadas, a pecuária se beneficia do crescente consumo no litoral brasileiro, e mesmo sob as desvantagens da pouca valorização econômica consegue crescer rapidamente devido a facilidade relacionadas ao custo de implantação. Segundo Prado Junior:

(...) levantada uma casa, coberta em geral de palha — são as folhas de uma espécie de palmeira, a carnaubeira, muito abundante, que se empregam —, feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças), estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formado um estabelecimento. Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário: recrutam-se entre índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do litoral: criminosos escapos da justiça, escravos em ruga, aventureiros de toda ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dá liberdade e desafogo. (PRADO JÚNIOR, 1984, p.40)

Ademais, segundo Jucá Neto (2007) a economia criatória não representou desde o seu início a necessidade alta de investimento, isso pois o gado se multiplicava com muita facilidade o que era importante para sua expansão, além da vantagem das reses de fazer seu autotransporte em busca de pastagens. Dois vetores de expansão da colonização portuguesa se destacam partindo dos dois principais centros de irradiação de povoamento do nordeste, Salvador na capitania da Bahia e Olinda na capitania de Pernambuco (PRADO JUNIOR, 1984).

O início da exploração baiana segundo Andrade (2011) foi iniciado por entradistas que avançavam pelos riachos da vertente atlântica, pelos rios do Jequitinhonha,



Paraguaçu e Itapicuru, à procura de riquezas e de mercês, no entanto é com a pecuária que essas explorações serão mais fortuitas, onde os homens da Casa da Torre na Bahia, estabeleceram currais pelos sertões rumo ao São Francisco.

Conforme Jucá Neto (2007), as incursões aos sertões seguiam os percursos naturais, que invariavelmente acompanhavam o leito dos principais rios e riachos e onde estabeleciam vilas, em pontos estratégicos para o pouso das boiadas. Estas veredas coloniais interligavam as fazendas espalhadas pelo interior das capitânicas com ligando-se entre si.

Essas redes que são constituídas se caracterizam por uma pequena vida de relações, onde espectro do consumo era limitado, sendo a maior parte das necessidades atendidas localmente e a competitividade entre grupos territoriais ainda é pequena, o que Santos (2009) definiu como um momento pré-mecânico das redes.

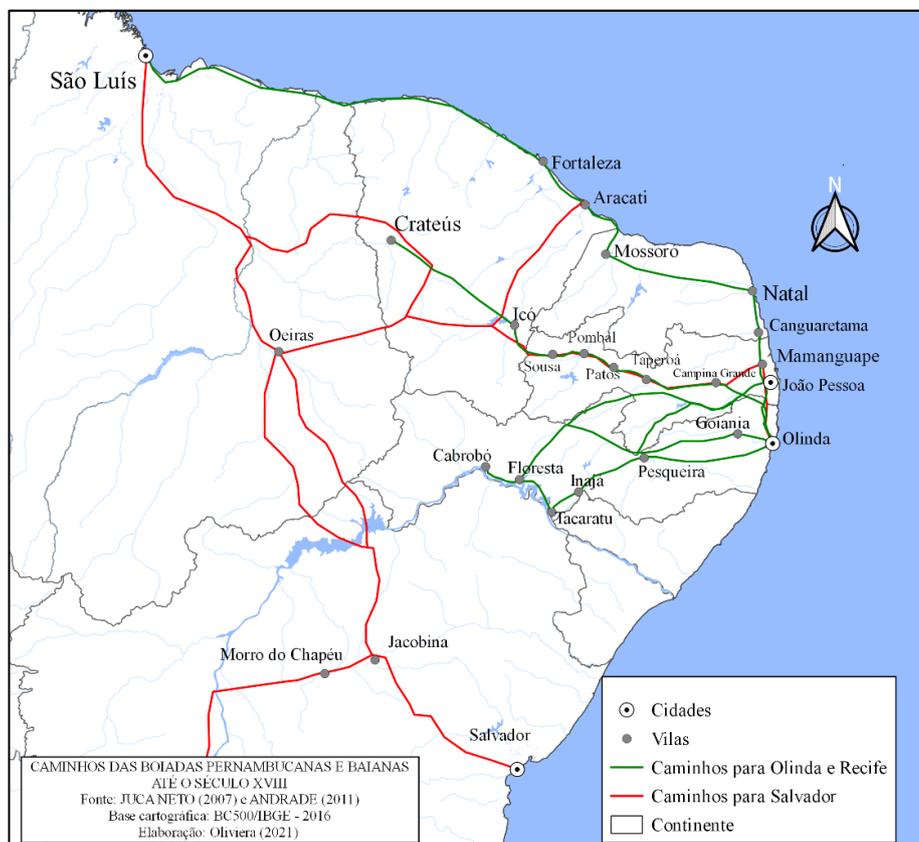
Por conseguinte, a corrente baiana avança no sentido da bacia do São Francisco se expandindo sobre seus afluentes. A expansão da atividade protagonizada pelos homens da Casa da Torre, fundaram os maiores latifúndios do interior nordestino no período colonial (ANDRADE, 2011). À medida que avançava pelos rios que secavam na estação seca, eram requeridas à Coroa sesmarias para a pecuária, estabelecendo fazendas nas ribeiras do sertão. Muitos homens que não obtinham sucesso no litoral baiano sob tutela de seus senhores acabaram se deslocando para essas áreas (ANDRADE, 2011).

Já a ocupação pernambucana embora tivesse explorado terras também no Rio São Francisco, o caminho de ocupação passou a avançar inicialmente no sentido norte onde fundaram a Paraíba, e expulsaram os franceses dos vales do Mamanguape, e do Camaratuba, fundando também Natal no Rio Grande em 1598, daí avançaram em direção aos vales do rio Açu, do Apodi, do Acaraú no Ceará até chegarem no Maranhão garantindo também o controle da desembocadura do Rio Amazonas (ANDRADE, 2011).

Em vista disso, o avanço no sertão com o adensamento de um sistema sesmarial baseado nas criações de gado longe dos canaviais propiciou também uma constelação de fazendas de gado, o mapa a seguir (Figura 01) demonstra como as correntes baianas avançaram sobre o interior do Nordeste, e mostra a rede de núcleos ligados de algum modo pela atividade criatória. As redes dessa atividade sinalizam mais uma vez ao que Santos (2009) define como momento pré-mecânico, onde há um império dos dados

naturais; subordinados às contingências da natureza, e com uma característica marcante de espontaneidade na produção dessas redes.

Figura 01 – Caminhos das boiadas pernambucanos e baianas.



Elaboração: Oliveira, 2021.

Logo depois da segunda metade do século XVII, o quadro territorial já havia se alterado bastante com as incursões bandeirantes e toda a expansão da pecuária. A cultura da cana já não tendo mais tanta força quanto no seu início e a economia sofre com eventos como a descoberta das minas gerais, bem como o intenso conflito com holandeses e sua expulsão no litoral pernambucano onde atuavam desde 1630, abalando a rentabilidade da cana, que já dava indícios da sua decadência.

É diante desse cenário que nossa atenção passa a ser o crescimento das vilas interioranas brasileiras nos sertões nordestino, sob as mudanças no quadro político de gestão territorial do Brasil, e as implicações disso na formação do estado do Ceará que tem seu crescimento a partir desse momento da segunda metade do século XVII.

A produção territorial da pecuária cearense

No contexto de formação dos sertões nordestino algumas capitanias são transformadas pela dinâmica da pecuária. O Ceará é uma dessas capitanias que até a



segunda metade do século XVII estava ocupada de forma muito incipiente. Com o aumento da doação de sesmarias para atividade criatória por toda colônia, os sertões do Ceará passam a ser ocupados e a atividade criatória ganha importância localmente, a ponto de se tornar a base econômica da capitania.

Para entender os diferentes momentos da produção territorial cearense através da pecuária, destacamos duas ocasiões importantes que possibilitam uma mudança, econômica, espacial e social nas condições territoriais da capitania. A primeira delas é no estabelecimento de núcleos originados ligados as fazendas ao longo das estradas percorridas por boiadas que abasteciam a demanda por carne nas feiras consumidoras do litoral.

A segunda está ligada ao desenvolvimento da técnica de salga da carne no Ceará que cria as oficinas de beneficiamento e proporcionam a possibilidade do comércio dos produtos da pecuária pela exportação através de pequenos barcos que vendiam os produtos em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Esses dois momentos nos permitem discutir algumas das transformações que a atividade criatória proporciona para o território cearense.

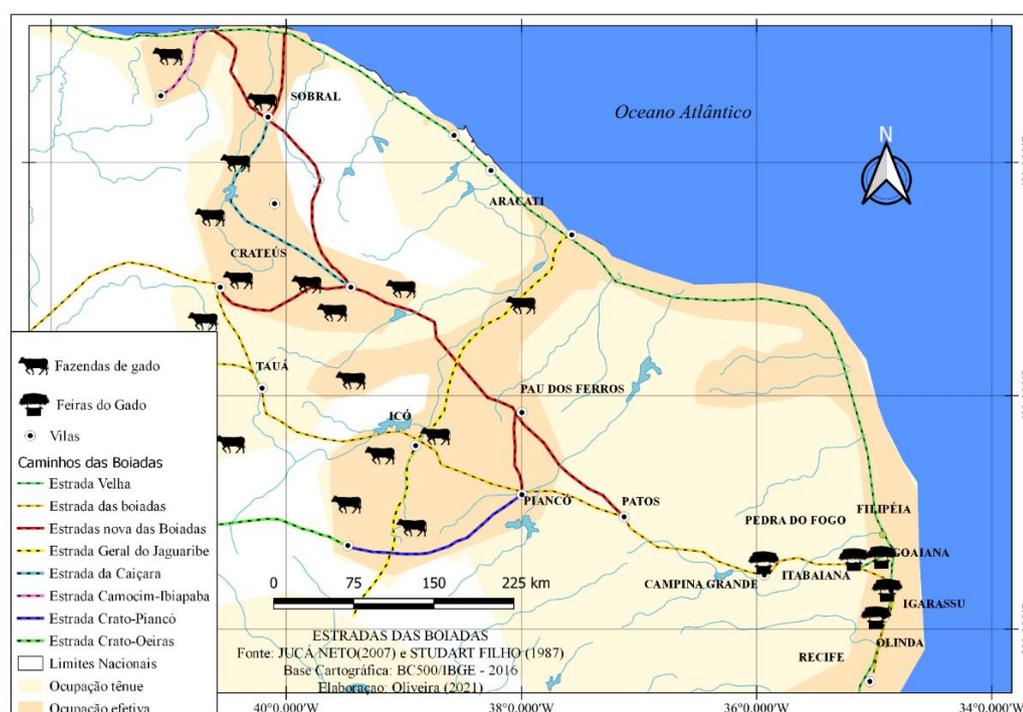
O primeiro momento da pecuária cearense se dá por volta da segunda metade do século XVII, os sertões brasileiros anterior a esse período estão quase em sua maioria como fundos territoriais, ou seja, conforme Moraes (2000), essas áreas estariam alheias a defasagem do projeto exploratório colonizador. Embora já estivessem politicamente incorporadas a Portugal, grande parte dessas áreas ainda tinham o predomínio das condições da natureza e dos naturais, sendo de conhecimento incerto por parte da colônia, fundamentados apenas pelos conhecimentos da cartografia.

Jucá Neto (2007) aponta que no Ceará ao longo do século XVII e XVIII, parte das vilas que surgiram, a exemplo de Icó, Aracati, Sobral e Quixeramobim (assim como Russas e Tauá, fundadas no século seguinte) estavam localizadas nesse itinerário das boiadas que davam certa viabilidade de suporte ao transporte do gado para os centros consumidores do litoral, bem como se tornavam pontos nodais de interligação das capitanias vizinhas.

Na segunda metade do século XVII e início do século XVIII houve um crescimento no estabelecimento de estradas no Ceará ligando as fazendas do sertão com

as feiras do litoral pernambucano descritas por Studart Filho (1937) como Estrada Velha, Estrada Geral do Jaguaribe, Estrada das Boiadas, Estrada Nova das Boiadas, Estrada Camocim-Ibiapaba, Estrada da Caiçara, Crato-Piancó e Crato-Oeiras. No mapa a seguir (Figura 02) apresentamos como se dava a espacialização das fazendas de criações no território cearense e os caminhos que faziam em direção a essas feiras.

Figura 02 – Fazendas de criação, estradas das boiadas e feiras pernambucanas da atividade criatória.



Elaboração: Oliveira (2021)

As fazendas que surgiam no interior do Nordeste direcionavam o gado por meio das estradas antigas, e surgiam feiras comerciais ao longo dessas estradas que se tornam grandes pontos de comercialização dos produtos da pecuária. Como comenta Silva (1997, p.144):

Ao longo de tais caminhos surgem as grandes feiras de gado, como Capoame, ou Feira Velha, e a de Aramari. Da mesma forma, surgem ranchos, rodeados de pequenas roças, onde se compram as reses estropiadas, alberga-se e alimenta-se os vaqueiros e viajantes. Algumas vilas chegam a florescer, no século XVIII, com esse papel de suporte ao longo das rotas, como Serrinha, Ribeira do Pombal e Jeremoabo (...) A vila de Goiana, junto a Cruz das Almas, Pernambuco, reunia o gado dos Sertões de Fora, em direção ao Recife. No Sergipe, Laranjeiras, centro açucareiro, reúne uma imensa feira de gado,



abastecendo os engenhos da capitania, enquanto a feira de Porto da Folha concentrava, à beira-rio, os artigos do Sertão.

A importância da facilidade no transporte do gado era fundamental, Andrade (2011) comenta que o sistema colonial organizou o espaço de forma que fosse possível a exploração de áreas com produção de interesse de mercado, ligando essas áreas através das redes estabelecidas no território, criando uma circulação entre a hinterlândia e Metrópole.

Nesse momento da circulação das boiadas em direção as feiras pernambucanas compreendemos uma fase mecânica das redes. Esse é o momento onde o consumo se amplia e se globaliza com a ajuda do mercado atlântico que embora seja limitado ultrapassa fronteiras, “um fato econômico, financeiro, fiscal, diplomático, militar, além de político (SANTOS, 2009, 265)”

As redes criadas com a pecuária propiciaram o surgimento de núcleos beneficiados pela logística de circulação de mercadorias. A vila de Icó destaca por sua posição, beneficiada pela confluência de muitos caminhos boiadas (figura 02) o que fazia dela um ponto de escoamento das boiadas cearense em direção a Pernambuco, proporcionando um conforto maior para os produtores, dado que a logística de transporte do gado era o elemento que tinha maior influência sobre os rendimentos do comércio.

Sobre essa pequena vantagem no acesso aos mercados consumidores dos produtos da pecuária, sintetiza Jucá Neto (2007, p. 390): “Icó cumpria a função de principal receptáculo das boiadas que transitavam por todo o sertão – ou vindas de Pernambuco, ou do Piauí ou de outras regiões do Ceará propiciou ao Icó um maior desenvolvimento no século XVIII e XIX”.

Semelhante a Icó, Sobral é uma das vilas do sertão cearense que assume tal condição. De Sobral partiam as boiadas em carros de bois carregados de carnes, couros e solas em direção a grandes centros consumidores dos produtos da pecuária, principalmente no Recife. Esses voltavam carregados das novidades em pratarias, porcelanas, e móveis de Jacarandá contribuindo para o requinte de Sobral, com arranjos na sua estrutura urbana e social muito díspares de outras vilas do período (GIRÃO, 1989).

As vilas envolvidas na atividade ganhavam acesso aos recursos da metrópole graças aos rendimentos do comércio do gado, a produção cearense conseguia acessar, mesmo que de maneira incipiente, os mercados pernambucanos e já era o suficiente para



mudanças no quadro territorial, com o surgimento de elites locais envoltas à atividade criatória que já sonhavam com maiores rendimentos.

Contudo, havia um problema para o transporte do gado vivo das fazendas do Ceará: eram as longas distâncias a serem percorridas até os principais centros consumidores de Pernambuco e da Bahia. As dificuldades ainda se tornavam mais agudas devido as condições semiáridas dos sertões, onde perdiam-se muitas cabeças de gado, outra parte acabava sendo comprada por atravessadores e as que chegavam ao litoral tinham um valor baixo devido ao emagrecimento no trajeto da viagem (JUCÁ NETO, 2007).

A solução que surge no período é um tratamento feito nas carnes do gado, que facilitou além do transporte, a preservação do produto até os centros consumidores, essa técnica se difundiu e logo o Ceará se especializou nesse processo produtivo. Estima-se que a salga da carne teria surgido na primeira metade do século XVIII, as suas condições de execução eram propícias para a realidade dos criadores cearenses do período.

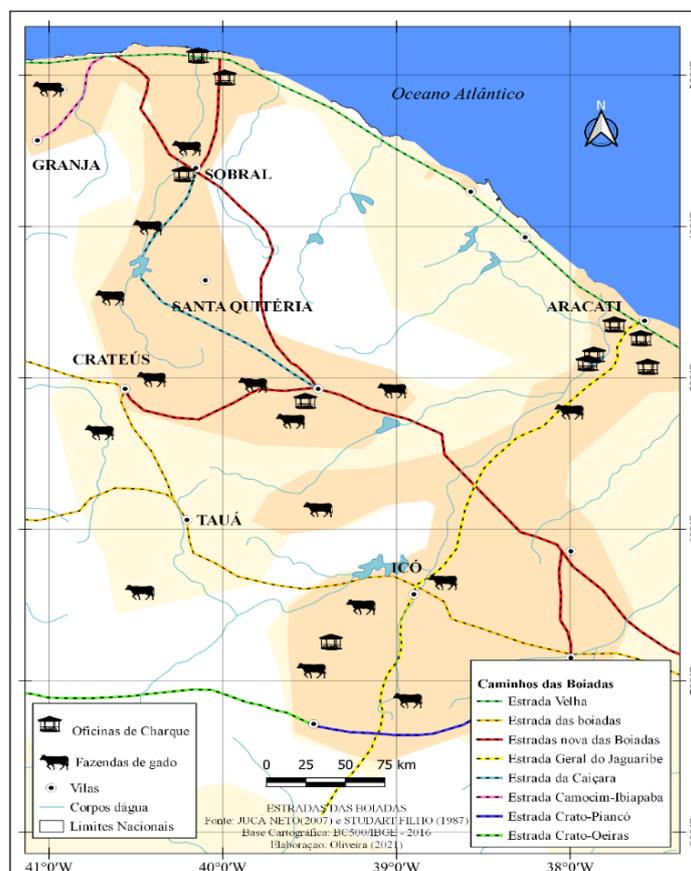
O reflexo da difusão dessa técnica é o surgimento das oficinas de carnes secas no Ceará que caracteriza um novo momento da pecuária cearense. Esse permite além da maior concorrência da produção cearense com a de outras capitânicas, possibilita também, uma divisão territorial do trabalho, de modo que se especializem diferentes fases do processo produtivo a até exportação desses artigos.

Conforme Braga (1944) a ideia rapidamente se difundiu entre os criadores do litoral pastoril, pois além da matéria prima abundante, possuía outras condições como vento constante, baixa umidade relativa do ar, existência de sal e barras acessíveis a cabotagem da época. Muitas oficinas se estabeleceram no litoral cearense nas embocaduras dos rios, e disso surgem núcleos envolvidos diretamente com essa atividade.

A demanda comercial que o gado ganha no comércio interno crescia e dava indícios de uma indústria em plena ascensão. As fábricas de carne seca que se instalaram no litoral cearense demonstram o potencial transformador no progresso das vilas beneficiadoras das carnes secas e aos status social e econômico que ganhavam os proprietários das oficinas, comerciantes ou mestres dos barcos que atuavam diretamente nas transações comerciais (GIRÃO, 1989).

No mapa a seguir (Figura 03) apresentamos a espacialização das fazendas de criar e das oficinas que se situavam na pecuária cearense. E como essas oficinas se conectavam através das estradas das boiadas.

Figura 03 – Especialização das oficinas de carnes secas e fazendas de criar cearenses.



Elaboração: Oliveira (2021)

O tratamento das carnes nas oficinas do litoral proporciona para o Ceará novas dinâmicas de circulação. Há uma divisão territorial do trabalho, onde as fazendas de criar do interior ocuparão o papel de abastecimento das oficinas que se situavam no litoral, e essas oficinas que se especializaram no beneficiamento e preparo dos produtos para exportação.

Ademais, graças ao beneficiamento das oficinas, couros, solas, atanados e outros produtos o comércio cearense passa a alcançar lugares mais distantes, dado a logística portuária que possibilitava maior trânsito comercial, permitindo redes de circulação da produção cearense por toda colônia, com destino aos portos, sobretudo de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Silva (1997, p. 146) comenta como o Ceará consegue acessar novos mercados com o beneficiamento;

Mesmo os mercados mais distantes, ao sul da Bahia, recebem a carne-seca do Ceará, bem como o abastecimento de naus e tropas, o comércio atlântico, constituir-se-iam rapidamente em mercados cativos. Em pouco tempo, as boiadas que vinham dos sertões de fora para o Recife, começaram a rearmar, em virtude da demanda das charqueadas.



O ânimo dos produtores cearenses em acessar esse mercado era alto, graças a esse dinamismo que possibilitava maiores circulação comercial dos produtos. Pensando nos números da produção cearense, tendo como exemplo Aracati que representou o principal porto da atividade pecuarista, carneava anualmente de 20.000 a 25.000 bois e sua exportação compreendia também perto de 60.000 meios de sola, 30.000 couros salgados, 35.000 couros de cabra, e 3.000 pelicas, chegando nos últimos anos do século XVIII a abater mais de 50.000 reses, possuindo casas comerciais com capital superior a 100.000 cruzados, e com cerca de 2.000 carros de bois para fazer a logística de transporte dos produtos da pecuária entre as oficinas do litoral e as fazendas nos sertões cearense (BRAGA, 1944).

Apesar das transformações pelo surgimento de vilas e o crescimento dos núcleos como Sobral, Aracati, Icó e Acaraú, a pecuária em seu movimento de transformação ao longo do século XVIII, encontra nas décadas finais uma série de dificuldades que influenciarão no declínio da atividade, deixando de ser uma base econômica cearense e ocupando uma atividade secundária na economia da capitania diante do algodão.

Os limites e declínio da atividade criatória cearense

A atividade criatória apesar proporcionar mudanças importantes na formação territorial cearense e ser a primeira base econômica, a capitania encontrou ao longo dos anos finais do século XVIII elementos que dificultaram e desmotivaram os produtores cearenses a continuar com essa atividade. Comumente associa-se que o declínio da atividade esteve relacionado unicamente as secas prolongadas que por vezes dizimavam os rebanhos cearenses, contudo acreditamos que há pelo menos três elementos que determinam a decadência da pecuária que aqui destacamos.

Um primeiro elemento que contribui para o declínio da atividade criatória está no controle rígido de toda logística das mercadorias advindas das capitanias subalternas a Pernambuco. Proibia-se a exportação direta e indireta das carnes cearenses para outros pontos da colônia que não passassem por Recife primeiro, sendo a prioridade sempre o abastecimento de Pernambuco e posteriormente outras capitanias. Mas, de fato Pernambuco era o maior comprador dos produtos da pecuária cearense, de modo que mesmo incentivado pela não cobrança de subsídio, o mercado baiano não era muito competitivo, onde os comerciantes não vendendo todos os produtos retornavam com o excedente ao porto de Recife (GIRÃO, 1989).



Ademais, as dificuldades do comércio interno na capitania para os produtores cearenses estimulavam o interesse na exportação assim como por parte do governo português nos produtos da pecuária, como destaca Lemenhe (1982, p. 100)

Contudo, a ampliação do comércio do couro era importante para a economia portuguesa, pois, afóra o aumento da população nas zonas urbanas, o estímulo à produção manufatureira havia resultado em crescimento da demanda interna de matéria-prima para a produção de calçados e outros artigos de couro. Intensificar a comercialização era recurso de que se valia a administração metropolitana para fugir à concorrência da Espanha, tradicional abastecedora de Portugal.

Esse interesse deveria ser motivo suficiente para ânimo entre os produtores, no entanto a realidade prática das transações comerciais era a de lidar com as imposições de preços, ao pagamento de comissões e fretes mais caros e ainda haviam as determinações das companhias de comércio, que colocavam a produção da pecuária tão sujeita ao monopólio quanto os demais produtos que eram exportados, como a açúcar, tabaco dentre outros.

O domínio da capitania de Pernambuco no comércio da carne e do couro de suas subalternas era sentido localmente nos comerciantes do Aracati, onde o controle do preço da carne pela Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, que causava por vezes reclamações sobre o baixo preço pago pelos produtos, como comenta Lenheme (1982, p. 102)

Em 1770, sob pressão da concorrência contrabandista, a junta da administração deu ordem à direção em Recife para compra toda a sola branca disponível em Pernambuco e capitanias anexas, pelo preço de 560 a 580 réis por força da resistência ela resolveu no mesmo ano, aumentar o preço para 700 a 750 réis. A companhia preferia comprar solas brancas mais bem mais baratas na colônia. Na Metrópole elas eram melhor curtidas ou misturadas com as vermelhas e o lucro realizado era muito maior. Às reclamações coloniais sobre o baixo preço pago pelas solas, a Junta respondia desencorajadoramente, dizendo que a sola era uma “manufatura ruínosa” e aconselhava mandar o couro em cabelo evidentemente porque a metrópole ganharia mais pelo beneficiamento.

Esse representou um dos maiores impasses para o desenvolvimento da indústria cearense frente o monopólio português principalmente por meio das companhias de comércio, fato que desestimulou os produtores.

Ainda assim, mesmo com essas limitações da circulação de mercadorias e dos números da exportação, as vilas que foram criadas envolvidas na atividade criatória são beneficiadas com uma mudança local que pode ser percebida na concentração de renda,



nas elites que surgem da atividade e na vida urbana, com algumas atividades e produtos que só estavam disponíveis naquele período na metrópole.

Um segundo elemento que influenciou no declínio da atividade criatória, que comumente é posta como o verdadeiro fator do fim da indústria da carne seca, são as crises advindas das secas prolongadas ocorridas no semiárido brasileiro. Como um grande limitante as secas prolongadas dizimavam boa parte do gado das fazendas no sertão cearense, a baixa ocorrência de chuvas, limitavam a boa recuperação das pastagens, elementos que naturalmente já influenciavam na qualidade das carnes.

As secas proporcionavam não só para os criadores, mas para toda sociedade colonial do período grandes calamidades, durante uma dessas cujo ficou conhecida como a “seca grande” de 1790-1793 atingindo da Bahia ao Maranhão secou os mananciais e as pastagens transformavam-se em pó, muitas famílias morreram e aqueles que sobreviviam tentavam emigrar para outros lugares da colônia (BRAGA, 1944).

Ademais, o impacto na indústria das carnes secas teve outro reflexo devido as secas e o impacto nas economias do gado, que foi de charqueadores desmotivados pelas percas migrar para outras regiões do Brasil colonial, o caso mais emblemático, como destaca Girão (1989), é o do cearense José Pinto Martins, tratado na historiografia gaúcha como um dos fundadores das charqueadas gaúchas e que se mudou para pelotas e lá desenvolveu as charqueadas que logo dominou todo o mercado colonial deixando as produções nordestinas obsoletas. Como comenta Silva (1997, p. 153)

A grande seca de 1790-94 foi um destes momentos. Ao atingir fortemente os criatórios cearenses, em especial o Jaguaribe e Icó, deixam as charqueadas de Aracati sem fornecimento de carne, paralisando inteiramente suas atividades. Ocorre, que neste momento as charqueadas gaúchas estão plenamente organizadas e ocupam rapidamente os mercados de Salvador e do Recife. Mesmo Parnaíba, aproveitando-se da crise no Ceará, ampliará, em direção a São Luís e Belém, seu raio de ação. Quando em 1795 recomeçam, timidamente, os abates em Aracati, os mercados tradicionais do charque cearense já estão ocupados. A produção gaúcha chegar ao próprio Ceará.

A perca no espaço das carnes diante da competitividade das oficinas instaladas no Sul, onde as criações não sofriam com as calamidades das secas e as condições climáticas proporcionava melhores pastagens, fez a pecuária se tornar aos poucos obsoleta para a economia do Nordeste, o Ceará também passa por esse período nos fins do século XVIII com a agricultura ganhando destaque através do cultivo do algodão.



Esse é um terceiro ponto fundamental no declínio da pecuária cearense, nesse momento de crise da pecuária e a demanda crescente por algodão farão os mesmos fazendeiros envolvidos na atividade da pecuária atuarem também na agricultura. Muitos senhores de gado, fazendeiros do sertão do Ceará e da Bahia mesmo não produzindo muito algodão, compravam as produções dos vizinhos menos capitalizados e dessa forma dominavam a intermediação do comércio algodoeiro (SILVA, 1997).

As mudanças que ocorrem com o início da cultura algodoeira são importantes não só devido ao declínio da atividade criatória, mas também porque alteram dinâmicas da própria capitania cearense, como comenta Girão, (1989, p.88)

A cultura algodoeira objetiva mudança na própria estrutura política local, sendo o cultivo feito em largo escala, necessitando de escoamento da produção para o litoral, através das estradas que se abrem de Fortaleza para as zonas interioranas. Provoca assim o súbito desenvolvimento dos meios de transporte assegurando de modo compensador o exercício da atividade agrícola; colocando pela primeira vez a sede administrativa em condições de se impor às demais vilas cearenses como verdadeiro centro político, econômico e social da Capitania. Surgem outros polos comerciais em vilas interioranas, como no caso de Icó núcleo surgido naturalmente com características de polo de comércio de gado, encaminhando boiada às feiras da Bahia e Pernambuco, por vias diversas, realimentando sua importância com o cultivo e comercialização do algodão, passando a representar o polo econômico do sertão central.

Desse modo, o algodão se complementa com o conjunto de fatores que influenciam na dinâmica de sucessão da pecuária como base econômica cearense para então se tornar a agricultura o carro chefe da capitania. Essas mudanças que ocorrem com o declínio da pecuária diante de suas fragilidades, em conjunto com a elevação do preço do algodão no mercado internacional aguça a ambição da Coroa portuguesa, possibilitando inerir o sertão cearense na economia colonial de exportação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseqüentemente, as mudanças geradas pela pecuária no território cearense produzem elementos que podem tangenciar discussões acerca do processo de formação não só das estruturas como as redes, vilas e etc., mas também da política, da cultura, sujeitos e, portanto, do território. Considerando os aspectos aqui levantados, três elementos nos parecem ser fundamentais no entendimento das dinâmicas que envolvem as redes da pecuária e o processo de produção territorial cearense.

O primeiro elemento são as redes, considerando o modo como elas sintetizam algumas ações sobre o território cearense a partir das ações dos diferentes sujeitos no



processo de desenvolvimento da atividade criatória. É sobretudo relacionado ao controle sertões que a utilização dos caminhos das boiadas constituiu a apropriação das bases territoriais de circulação da pecuária, onde essas redes coloniais proporcionavam ao governo lusitano cumprir seu desejo de garantir o controle da produção e da circulação da economia pecuarista (JUCÁ NETO, 2007).

As redes constituem aqui um elemento central, não por serem o motor das ações sobre o território, mas por viabilizar essas ações. Assim, voltamos nosso olhar para as redes pensando sobretudo nos sujeitos que as criam, as dinamizam e as dominam, a exemplo do controle da circulação das boiadas pelos senhores do gado, o controle do comércio atlântico pela Companhia geral do comércio do Pernambuco e Paraíba, e do controle da circulação do mercado interno pelo governo pernambucano.

Portanto, pensando na condição das redes como elemento para entender a produção territorial cearense, entendemos essas como vetores de dominação territorial, que ao mesmo tempo que provem a integração de mercados e do território, são também vetores de restrições das práticas sociais, e de determinados sujeitos.

Um segundo elemento diz respeito aos sujeitos, todo o desenvolvimento da pecuária cearense remonta a diferentes grupos. Se por um lado a companhia de comércio abusava do exclusivismo no comércio de produtos, regulamentação dos lucros e de circulação, de outro estavam os que eram contrários ao monopólio (RIBEIRO JUNIOR, 1976). Muitos desses homens de prestígio envolvidos em atividades comerciais como a pecuária pelos fazendeiros e donos de oficinas de beneficiamento que figuravam as esferas econômicas e políticas (GIRÃO, 1989), além de haver outras figuras como o vaqueiro, homens livres, escravizados, tangedores, que remontam as relações de trabalho nas fazendas e que são também fundamentais para a compreensão da atividade criatória (SILVA, 1997).

Refletir acerca dos sujeitos nesse sentido é crucial para compreendermos sobre as relações das disputas políticas e econômicas, das formas de exploração, das circulações e etc., elementos que realmente tangenciam as transformações dos territórios, seja no estabelecimento das redes no controle ou no seu uso, possibilitando pensar quem atua e como se organiza sobre o território. Por isso, as discussões sobre os sujeitos envolvidos



em um processo possibilitam desvelar sobre as ações e interesses que movem as produções territoriais.

Um terceiro elemento, diz respeito ao quadro territorial, os desafios da colonização cearense frente as condições que os portugueses encontraram, como grande resistência indígena, difícil adaptação ao clima, escassez de recursos que limitaram um avanço da colonização cearense em relação a outras partes do Brasil. Contudo, com a pecuária ocorrem muitas transformações para o quadro territorial da capitania sobretudo com a indústria das carnes secas.

Se no primeiro momento a atividade criatória significou o estabelecimento de estradas e vilas por toda capitania cearense como política territorial de movimento ocupação e desenvolvimento de atividades do interesse da Coroa (JUCÁ NETO, 2007), no segundo momento a pecuária ganha mais força como base econômica da capitania, importante pelo surgimento de núcleos urbanos voltados para atividade como a vila de Aracati, “A própria estrutura urbana da vila obedeceu ao interesse comercial das carnes-secas. O traçado das ruas tinha como finalidade comunicação do Pôrto dos Barcos e tráfico das Oficinas”. GIRÃO, 1989, p. 77)

As transformações pelas quais a capitania cearense passa no decorrer da atividade criatória são notáveis, no plano de análise de como as atividades econômicas tangenciam as transformações territoriais, no surgimento de núcleos voltados para atividade, na divisão territorial do trabalho, nas circulações e funções atribuídas. Assim, atentar-se para essas transformações também revelam ações da produção territorial.

Portanto, concluímos que a pecuária pode ser sintetizada na compreensão desses três elementos. Se nosso problema inicial é entender como os caminhos do gado influenciam na produção territorial cearense, acreditamos que a possível resposta está em entender essas redes como um resultado do interesse de diferentes sujeitos sobre o território e que mudam, portanto, o quadro territorial no momento que se dinamizam como vetores de integração, mas também de controle.

A reflexão sobre os elementos da formação cearense não se esgota, pois esse é um exercício de desvelar a história territorial por meio do que Moraes (2008) propõe, onde os fenômenos só podem ser entendidos em um processo em contínuo fluir, cabendo ao conhecimento buscar o sentido lógico e histórico em meio a diversidade das formas de



relações. Assim, é uma busca da própria história territorial cearense, pela ação de diferentes sujeitos materializadas no território, aqui direcionada aos caminhos do gado, redes da atividade criatória.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.
- BRAGA, Renato. Um capítulo esquecido da economia pastoral no Nordeste. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, v.61, p.149-162 jan/dez. 1944
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.0
- GIRÃO, Valdenice Carneiro. As Charqueadas. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo LI. Fortaleza, Ceará, 1989.
- JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **A Urbanização do Ceará setecentista**: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2007. 531p. (Tese de Doutorado)
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. A economia Pastoral e as vilas coloniais no Ceará. **Revista de ciências sociais**. Fortaleza 75-106, 1982.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colônia brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000. 432 p
- MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão. **Terra Brasilis** [online]. 4-5, 2003, disponível em: <http://journals.openeditinon.org/terrabilis/341>. Acessado em 12 de outubro de 2020.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 3ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2008. 154p
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 30ed. São Paulo: Brasiliense, 1984
- RIBEIRO FILHO, Jose. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro**: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780. São Paulo. HUCITEC, 1976.
- SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977.
- SANTOS, Milton. Por uma geografia das redes. In: **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 4ª edição. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira Da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1997: 119-156



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo LI. Fortaleza, Ceará, 1937.